



GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica

Julho de 2025

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em julho de 2025. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Por meio de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano (OPSA) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPSA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Sumário

Bolívia	2
Brasil	5
Colômbia	8
Equador	9
Guiana	12
Peru.....	14
Suriname	19
Venezuela	20
OTCA	22

Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

O ambiente político na Bolívia, em julho de 2025, foi marcado pela corrida eleitoral rumo às eleições gerais do país, previstas para o dia 17 de agosto. Contudo, segundo o veículo de imprensa Mongabay, o processo eleitoral transcorreu com ausência de propostas concretas para a Amazônia boliviana [1]. Não obstante, o mês foi marcado por uma série de notícias relacionadas à região.

Uma vez mais, o período foi marcado pela detecção de focos de calor no bioma, sobretudo nos departamentos de Beni e Santa Cruz [2]. Isso aconteceu no mesmo mês em que a *Relatoría sobre Derechos Económicos, Sociales, Culturales y Ambientales* (Redesca), da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, lançou um informe recomendando que a Bolívia tenha políticas mais responsáveis para a gestão do fogo e o controle de incêndios. O relatório é baseado no trabalho realizado entre 9 e 11 de dezembro de 2024 na Bolívia, quando uma missão da Redesca investigou os impactos dos incêndios florestais no país. O informe diz que há uma tendência crescente de incêndios florestais na última década na Bolívia e recomendou que o país adote um enfoque estrutural, preventivo e baseado em direitos humanos para lidar com a questão, além de fortalecer mecanismos de fiscalização ambiental e assegurar participação efetiva das comunidades [3]. De forma complementar, outro estudo, também lançado em julho de 2025, mostrou que o desmatamento e os incêndios florestais no país têm levado a um aumento de casos de doenças respiratórias como pneumonia [4].

O mês de julho também foi marcado por uma série de denúncias e lutas por parte dos povos indígenas da Amazônia boliviana. Os povos Tsimane e Mositén, no norte do país, lançaram um “escudo indígena” para barrar a entrada de atividades mineradoras na Reserva da Biosfera e Território Indígena Pilón Lajas, localizada entre os departamentos de La Paz e Beni. Para tanto, apresentaram à *Autoridade Jurisdiccional Administrativa Minera* (AJAM) uma petição, acompanhada de resoluções e mapas oficiais, exigindo a restrição da concessão de direitos minerários dentro de suas terras ancestrais. As comunidades denunciam a existência de pelo menos 15 solicitações de empresas e cooperativas mineradoras desde 2021, o que representa uma grave ameaça tanto à população indígena local quanto ao equilíbrio ecológico da região [5]. Também em julho, os novos dirigentes da Central de Pueblos Indígenas de La Paz apresentaram um memorial ao juiz da vara mista de Rurrenabaque para reafirmar sua luta em defesa da vida e do

meio ambiente [6]. Cabe destacar uma vitória: o Tribunal Constitucional Plurinacional da Bolívia decretou a restituição de 54 mil hectares às comunidades indígenas Tsimane, ordenando o despejo de pessoas ocupantes das suas terras. No entanto, a determinação ainda não foi cumprida, o que tem aumentado a tensão na localidade [7].

Ao longo do mês, também repercutiu uma série de notícias e denúncias ligadas à mineração predatória. No final do mês de junho, o veículo de imprensa Mongabay denunciou que o projeto de transição energética na Bolívia, amplamente dependente da exploração de terras raras e minerais críticos, vulnerabiliza povos indígenas amazônicos do país [8]. Além disso, ao longo do período, repercutiram denúncias de povos indígenas da região de Uyuni, no departamento de Potosí, que afirmam que a extração de lítio tem prejudicado o acesso à água desses povos [9]. Também cabe notar que, ao longo do mês, repercutiu a pesquisa elaborada pela Agência de Investigação Ambiental (EIA), que revelou que, entre abril de 2019 e junho de 2025, foram traficadas cerca de 200 toneladas de mercúrio, extraídas de minas mexicanas, para abastecer a mineração ilegal de ouro na Amazônia, nos países da Bolívia, Colômbia e Peru [10].

Em julho, ganhou destaque o encaminhamento do caso da contaminação do rio Madre de Dios ao Tribunal Agroambiental da Bolívia. A ação, iniciada em 1º de julho por comunidades indígenas Ese Ejja, Tacana e Cavineño do Território Indígena Multiétnico II (TIM II), denuncia danos causados pela mineração ilegal de ouro e busca responsabilizar o Ministério do Meio Ambiente, a AJAM e a cooperativa Asobal – Madre de Dios RL por permitir a degradação ambiental sem consulta às comunidades. Entre os impactos, estão a contaminação por mercúrio, desvio de rios, derramamento de combustíveis e expansão da mineração ilegal ao longo de 184 km do rio, além da perda de mais de 8 mil hectares de floresta e níveis de mercúrio nos habitantes acima do limite recomendado pela OMS [11]. Ao longo do mês, comunidades indígenas da Amazônia boliviana também denunciam que a Empresa Azucarera San Buenaventura (EASBA), estatal, está contaminando rios – principalmente o rio Beni – com resíduos tóxicos há mais de uma década. Segundo lideranças territoriais, os rios estão poluídos, com peixes mortos e odores fortes, afetando a saúde das crianças e a pesca [12].

No nível internacional, nos dias 2 e 3 de julho, foi realizada, na cidade de Cobija, uma reunião de construção do Mecanismo Amazônico de Povos Indígenas da OTCA, liderada pela vice-presidência boliviana e pelo Ministério das Relações Exteriores da Bolívia [13]. Além disso, uma proposta boliviana repercutiu na Cúpula dos BRICS, realizada no Rio de Janeiro. No evento, Luis Arce, presidente da Bolívia, sugeriu a criação

de um centro de ajuda e cooperação para enfrentar desastres naturais, assim como a criação de uma aliança energética para integração e transição entre os países dos BRICS [14].

No plano bilateral, ao longo do mês, avançou o processo de construção da ponte Brasil-Bolívia, que une Guajará-Mirim (RO) e Guayaramerín (Bolívia). A construção, que estava paralisada em função da licitação pelo TCU brasileiro que apontou irregularidades no processo [15], foi liberada após a confirmação de regularidade por parte do mesmo órgão [16]. O período de previsão de término da obra é de 2 anos e meio a 3 anos. Fontes oficiais dos governos do Brasil e da Bolívia afirmam que a ponte será um corredor logístico importante para as relações comerciais bilaterais.

Por fim, nos dias 24 e 25 de julho, foram realizados, na cidade de Santa Cruz, os Diálogos Amazônicos Nacionais na Bolívia, etapa de participação social preparatória para a V Cúpula de Países Amazônicos, marcada para agosto [17]. Além de representantes da sociedade civil e de povos indígenas, estiveram presentes a chanceler Celinda Sosa e, virtualmente, o vice-presidente David Choquehuanca, que discursou afirmando que é fundamental deter o ecocídio, que hoje é ligado na Bolívia à expansão da fronteira agropecuária e ao tráfico de terras [18] [19].

Referências

- [1] Disponível em: https://eldeber.com.bo/ed-verde/elecciones-bolivia-sin-propuestas-ni-visitas-la-amazonia-esta-afuera-de-la-agenda-de-los-principales-candidatos-presidente_524469/
- [2] Disponível em: <https://www.noticiasfides.com/cuidado-de-la-casa-comun/en-24-horas-bolivia-paso-de-tener-1-917-focos-de-calor-a-4-160-gobierno-dice-que-la-situacion-ya-es-critica>
- [3] Disponível em: <https://es.mongabay.com/2025/07/cidh-advierde-impactos-devastadores-incendios-bolivia/>
- [4] Disponível em: <https://es.mongabay.com/2025/07/incremento-neumonia-amazonia-boliviana-deforestacion-quema-arboles/>
- [5] Disponível em: <https://es.mongabay.com/2025/07/bolivia-escudo-indigena-se-opone-ingreso-mineras-area-protegida-pilon-lajas>
- [6] Disponível em: <https://elperiodico.com.bo/nuevos-dirigentes-indigenas-de-la-amazonia-de-la-paz-reafirman-su-lucha-por-la-vida-y-el-medio-ambiente-ante-el-juzgado-de-rurrenabaque>
- [7] Disponível em: https://eldeber.com.bo/ed-verde/bolivia-tension-en-la-amazonia-por-una-sentencia-que-restituye-tierras-ancestrales-al-pueblo-tsimane-y-ordena-desalojar-colonos_521140/
- [8] Disponível em: <https://es.mongabay.com/2025/06/gobierno-boliviano-proyectos-extractivos-tierras-raras-peligros-amazonia-pueblos-indigenas/>

- [9] Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/655051-extracao-de-litio-ameaca-deixar-comunidades-indigenas-na-bolivia-sem-agua-me-disseram-que-somos-um-obstaculo-ao-desenvolvimento>
- [10] Disponível em: <https://www.actualidadambiental.pe/toneladas-de-mercurio-de-mexico-alimentan-a-la-mineria-ilegal-en-bolivia-colombia-y-peru/>
- [11] Disponível em: <https://erbol.com.bo/medio-ambiente/el-caso-del-r%C3%ADo-madre-de-dios-llega-la-justicia-agroambiental-nacional>
- [12] Disponível em: <https://es.mongabay.com/2025/07/comunidades-indigenas-bolivia-denuncian-azucarera-estatal-contaminar-rios/>
- [13] Disponível em: <https://www.la-epoca.com.bo/2025/07/05/indigenas-amazonicos-consolidan-mecanismo-en-la-otca-rumbo-a-la-cop30-en-brasil>
- [14] Disponível em: <https://abi.bo/index.php/noticias/politica/34-notas/noticias/gobierno/66141-bolivia-plantea-a-los-brics-fundar-un-centro-de-ayuda-y-cooperacion-para-enfrentar-impacto-de-los-desastres-naturales>
- [15] Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/brasil/ponte-brasil-bolivia-travada-promessa-governo-lula/>
- [16] Disponível em: <https://www.tribunatop.com/noticia/ponte-binacional-consorcio-mamore-vence-licitacao-da-ponte-entre-brasil-e-bolivia>
- [17] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2025/07/24/22106/>
- [18] Disponível em: <https://www.elpais.cr/2025/07/25/defensa-de-la-amazonia-no-tiene-color-politico-dice-canciller-de-bolivia/>
- [19] Disponível em: <https://informeexclusivo.com.bo/choquehuanca-alerta-sobre-ecocidio-en-la-amazonia-y-exige-frenar-la-impunidad-en-los-incendios-y-la-deforestacion/>

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

Nos dias 6 e 7 de julho, o Brasil sediou a cúpula anual dos chefes de Estado do BRICS, no Rio de Janeiro, por ocupar a presidência *pro tempore* do bloco em 2025. Representantes dos 11 países que integram atualmente o grupo comparecem. A declaração final não mencionou a Amazônia explicitamente, porém incluiu uma seção específica para o tema “Combatendo a Mudança do Clima e Promovendo o Desenvolvimento Sustentável, Justo e Inclusivo”. Entre os compromissos, constaram a defesa do multilateralismo, da UNFCCC, do Acordo de Paris, da COP30 em Belém (onde será lançado o Fundo Florestas Tropicais para Sempre, que pretende beneficiar os países amazônicos), da transição energética e do comércio internacional sem protecionismos motivados por razões climáticas ou ambientais [1].

O BRICS também lançou um documento paralelo, intitulado “Declaração-Marco de Líderes sobre Finanças Climáticas”. Entre 30 pontos, o bloco sublinha que “a provisão e mobilização de recursos no âmbito da UNFCCC e de seu Acordo de Paris é uma responsabilidade de países desenvolvidos para com países em desenvolvimento”, com

vistas a “atingir a meta de financiamento de 300 bilhões de dólares por ano até 2035 para os países em desenvolvimento”. Entretanto, o BRICS prometeu aumentar a cooperação entre si no tema e saudou “o maior foco em finanças climáticas do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), registrando seu compromisso de destinar 40% de seu financiamento a projetos climáticos até 2026 e de emitir títulos sustentáveis em múltiplas moedas” [2].

Apesar do endosso do Brasil à transição energética na cúpula, o ambiente doméstico foi marcado por resistências ao abandono da produção de combustíveis fósseis na Foz do Amazonas. No dia 2, uma pesquisa de opinião feita pela empresa Quaest com 203 deputados mostrou que 8 em cada 10 defendem a abertura de uma frente de exploração de petróleo na região. A pesquisa detalhou que 77% dos deputados da base do governo apoiam a atividade, ante 88% dos independentes e 92% da oposição. Quanto à ideologia, a ação é defendida por 67% dos deputados de esquerda, 91% de direita e 93% de centro [3]. Por sua vez, no Senado, a Frente Parlamentar em Defesa da Exploração de Petróleo na Margem Equatorial aprovou um plano de trabalho para discutir a atividade com a Petrobras [4].

Além disso, o Congresso Nacional aprovou, no dia 17 de julho, o projeto de lei 2.159/2021, conhecido como PL da Devastação, que flexibiliza normas de licenciamento ambiental no Brasil, na contramão de críticas intensas de organizações da sociedade civil e da ONU, as quais veem risco no aumento do desmatamento nacional, inclusive na Amazônia [5]. Entre as inovações da lei, está a criação da Licença Ambiental Especial, que acelera o aval de obras consideradas estratégicas pelo Conselho de Governo e que pode beneficiar a liberação das atividades da Petrobras na Foz do Amazonas. A lei seguiu para a sanção do presidente Lula, porém a Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Maria Silva, declarou que deverá haver vetos a trechos do texto [6].

A aprovação do PL da Devastação pelo Congresso ocorreu poucos dias após o INPE anunciar que os alertas de desmatamento na Amazônia cresceram 27% no primeiro semestre de 2025. A principal causa foram incêndios intensos, sobretudo no Mato Grosso [7]. Por sua vez, um estudo da Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM) e do Instituto Conviva, divulgado no dia 11, detalhou impactos da mineração ilegal no território amazônico a partir da análise de documentos e entrevistas realizadas nos estados de Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima, entre 2022 e 2024. Os efeitos incluem a contaminação do solo e da água e o aumento do tráfico de drogas, armas e pessoas, da exploração sexual, do trabalho análogo à escravidão, da invasão de áreas protegidas e de

feminicídios [8]. Por fim, a Comissão Pastoral da Terra lançou, no dia 21, o Atlas dos Conflitos no Campo Brasileiro, que registrou a ocorrência de cerca de 50 mil conflitos desse tipo no Brasil, entre 1985 a 2023. 44% dos casos concentraram-se na Amazônia Legal, em sua maioria motivados por disputas de terra (84%), trabalho escravo (8,9%) e conflito por água (7,1%) [8].

Ainda em julho, foi lançado o documento “Carta de Demandas: Vozes do Território da Amazônia para a COP30”. A iniciativa é resultado de 18 rodas de conversas em cinco estados amazônicos: Pará, Tocantins, Maranhão, Roraima e Mato Grosso. O objetivo da iniciativa foi concretizar, por meio da carta, as demandas dos povos das florestas em um ano no qual o Brasil sediará a COP30. O documento faz críticas a respeito dos impactos climáticos na vida das comunidades amazônicas. Além das críticas, a carta inclui sugestões para o enfrentamento da emergência climática e, como diz o título do documento, apresenta “demandas”, como por exemplo a compensação financeira por serviços ambientais. A iniciativa é fruto de uma articulação da REPAM-Brasil com a Mobilização dos Povos pela Terra e pelo Clima [9][10].

Referências

- [1] Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-lideres-do-brics-2014-rio-de-janeiro-06-de-julho-de-2025
- [2] Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-marco-dos-lideres-do-brics-sobre-financas-climaticas
- [3] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2025/07/04/oito-em-cada-10-deputados-defendem-explorar-petroleo-na-amazonia/>
- [4] Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2025/07/15/frente-parlamentar-aprova-plano-para-discutir-explorao-de-petrleo-na-margem-equatorial.ghtml>
- [5] Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cdx0zwrrldro>
- [6] Disponível em: <https://bncamazonas.com.br/municipios/pl-da-devastacao-vai-ter-vetos-de-lula-antecipa-marina-silva/>
- [7] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2025/07/desmatamento-cresce-27-na-amazonia-no-1o-semester-e-cai-10-no-cerrado.shtml>
- [8] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2025/07/02/estudo-revela-conexoes-entre-garimpo-ilegal-e-exploracao-sexual-na-amazonia/>
- [9] Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2025-07/lancamento-carta-demandas-vozes-territorio-amazonia.html>.
- [10] Disponível em: https://repam.org.br/cop30/wp-content/uploads/2025/07/Carta-de-demanda_Final.pdf.

Colômbia

Por Júlia Furtado Reis e Matheus Petrelli

No dia 18 de julho, o Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia firmou um Acordo Social de Conservação com lideranças comunitárias e representantes da sociedade civil de Caquetá, território amazônico [1]. Dentre os compromissos assumidos pelas partes, destacam-se ações conjuntas de ecoturismo, sistemas agroflorestais e uso sustentável de produtos madeireiros e não madeireiros. Ademais, o acordo prevê a inclusão de 418 famílias da região no programa “Conservar Paga”, que oferece incentivos econômicos à população local com o objetivo de estimular a conservação da floresta. De acordo com o governo colombiano, o acordo é resultado de quase dois anos de trabalho social no território e abre portas para a concretização da primeira concessão florestal campesina do país na região, que visa proteger e aproveitar os recursos da Amazônia de forma sustentável [2].

Ainda em consonância com seu objetivo de fortalecer a conservação da Amazônia e reduzir o desmatamento, no dia 29 de junho, o governo colombiano realizou uma operação militar em Guaviare, departamento amazônico, que culminou na destruição controlada de um laboratório destinado à produção ilegal de coca [3]. O departamento de Guaviare tem cerca de 85% de seu território coberto por floresta e é um dos principais alvos de dominação territorial de grupos armados, cultivos ilícitos e pecuária em grande escala [4]. O laboratório destruído pertencia a dissidentes de Iván Mordisco, um dos principais líderes do Estado-Maior Central, grupo armado que apresenta resistência às negociações da Paz Total e usa sua dominância territorial na Amazônia como forma de chantagear as autoridades colombianas.

No dia 31 de julho, o governo colombiano divulgou um relatório do desmatamento no país durante o ano de 2024, de acordo com dados oficiais coletados pelo Instituto de Hidrologia, Meteorologia e Estudos Ambientais da Colômbia (IDEAM) [5]. Conforme anunciado anteriormente por agências independentes, houve um aumento de 43% no desmatamento em território colombiano: o total de hectares desmatados passou de cerca de 79.000 em 2023 para 113.000 em 2024 [6]. É importante apontar, todavia, que o ano de 2023 apresentou uma queda histórica no desmatamento no país [7]. O registro de desmatamento de 2024, ainda que alarmante, é o menor desde 2016. A ministra Lena Estrada chamou a atenção para o fato de que o acumulado de 2024 ainda

representa uma redução de 34% em relação ao ano de 2021, utilizado como linha base na meta de desmatamento do Plano Nacional de Desenvolvimento do governo Petro [5].

Os dados de desmatamento na Amazônia são mais alarmantes: foi registrado um aumento em Caquetá (25.263 hectares desmatados), Guaviare (16.908 hectares), Putumayo (5.443 hectares) e Meta (21.107 hectares), territórios considerados fundamentais para a conservação florestal da Amazônia na Colômbia [5]. No total, cerca de 77.000 hectares de floresta foram perdidos na Amazônia, representando 65% do total desmatado em todo o território colombiano em 2024 [6]. O IDEAM indicou que o aumento do desmatamento está relacionado com a expansão de pastagens para gado, o cultivo ilícito, a mineração ilegal e o desenvolvimento de infraestrutura não-regulamentada [6].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.elespectador.com/ambiente/amazonas/firman-acuerdo-de-conservacion-de-la-amazonia-en-caqueta-en-que-consiste/>
- [2] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/historico-se-firma-acuerdo-por-la-conservacion-de-la-amazonia-en-la-selva-de-caqueta/>
- [3] Disponível em: <https://www.eltiempo.com/justicia/conflicto-y-narcotrafico/destruyen-laboratorio-de-produccion-de-coca-en-zona-rural-del-guaviare-perteneceria-a-las-disidencias-de-ivan-mordisco-3476586>
- [4] Disponível em: <https://es.mongabay.com/2025/07/deforestacion-colombia-guaviare-causas/>
- [5] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/en-2024-colombia-consolido-la-segunda-cifra-de-deforestacion-mas-baja-en-de-la-historia/>
- [6] Disponível em: <https://apnews.com/article/colombia-amazonia-deforestacion-mineria-ilegal-e547f017169f3b8a54b1f72abbc75fb1>
- [7] Disponível em: <https://opsa.com.br/wp-content/uploads/2025/07/Monitor-Pan-Amazonia-Maio-2025.pdf>

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

Em decorrência das intensas chuvas que atingiram a Serra e a Amazônia do Equador no início de julho de 2025, múltiplas vias nas províncias de Azuay, Napo, Sucumbíos, Zamora Chinchipe, Loja e Chimborazo sofreram graves danos. A saturação do solo provocou socavões, enfraquecimento de estruturas viárias, deslizamentos e aumento do caudal dos rios, resultando em colapsos de pontes e bloqueios totais de circulação. Em resposta, o Ministro de Transporte e Obras Públicas, Roberto Luque,

declarou emergência na via Zamora-Loja na noite de 3 de julho, após identificar três pontos críticos. No dia 4 de julho, autoridades inspecionaram a região enquanto equipes atuavam com maquinário para desobstruir os trechos. Outras emergências incluíram aluviões em Napo, evacuações em Zamora e um socavão em Lago Agrio (Sucumbíos), evidenciando o impacto generalizado das intempéries na infraestrutura do país [1].

No dia 16 de julho, o Ministério do Ambiente, Água e Transição Ecológica (MAATE) do Equador assinou três acordos, totalizando um investimento de US\$ 699.921, para implementar subprojetos ambientais e hídricos na bacia do rio Putumayo, na Amazônia equatoriana, beneficiando 1.048 pessoas de 14 comunidades. O objetivo é melhorar a qualidade de vida das famílias, garantir acesso a água potável e fortalecer a conservação dos recursos naturais. Os projetos – que incluem o aproveitamento sustentável de 700 hectares de Cofán (executado pela Fundação COPADE), segurança alimentar para famílias Kichwas (executado pelo Grupo BYOS) e fortalecimento da conservação da ‘*chacra*’ agrícola ancestral para nacionalidades e povo afro-equatoriano (executado pelo Governo Provincial de Sucumbíos) – serão implementados pela *Wildlife Conservation Society* (WCS) com organizações locais, contando com financiamento do GEF e apoio do Banco Mundial. As ações envolvem recuperação de humedais estratégicos, fomento à soberania alimentar, fortalecimento de cadeias produtivas, reabilitação de microbacias e gestão comunitária da água. Com esta iniciativa, o Equador pretende reafirmar seu compromisso com a gestão integrada da água e biodiversidade na bacia transfronteiriça Putumayo-Içá (partilhada com Brasil, Colômbia e Peru), consolidando a cooperação regional para enfrentar as alterações climáticas e garantir um futuro sustentável [2].

No dia 17 de julho, o presidente Daniel Noboa participou do lançamento do programa Crédito Agro-Violeta e das Jornadas Formativas *Soy Productivo*, patrocinadas pelo BanEcuador E.P [3]. As iniciativas serão destinadas ao desenvolvimento da Amazônia, especialmente das mulheres empreendedoras do setor rural, consideradas protagonistas da agricultura campesina. O crédito será oferecido a mulheres entre 18 e 65 anos registradas na modalidade de Agricultura Familiar Campesina (AFC) do Ministério da Agricultura e da Pecuária e residentes em zonas rurais de todo o território nacional. O novo crédito se une a outras ações impulsionadas pelo BanEcuador, como o Crédito Violeta e o Crédito Super Mulher Rural, que juntos somam mais de US\$ 60 milhões. As Jornadas, por sua vez, visam auxiliar e capacitar as empreendedoras na administração de seus negócios.

No dia 18, o governo nacional entregou títulos de propriedade para os centros shuar Shiar Pumpuis, Tayuntza, NorteKampam, Tunants, Tsuntsuim pertencentes ao Bosque Kutukú Shaimi, durante evento realizado em Macas, na província de Morona Santiago [4]. Além destes, mais 155 títulos de propriedade de terras rurais foram entregues junto a documentos de personalidade jurídica a outros centros, comunidades e associações amazônicas. Esse processo faz parte do Plano de Ação REED+ “*Bosques para el Buen Vivir*” do Equador, manejado pelo MAATE. Presente na cerimônia, o presidente Daniel Noboa apontou que essas ações confirmam o compromisso do governo com a justiça social, a segurança jurídica e a conservação dos bosques amazônicos. Cerca de 57 famílias receberam os títulos de propriedade de terras rurais, por meio do programa *Creamos Patrimonio* cobrindo as localidades de Sucúa, Pablo Sexto, Gualaquiza, San Juan Bosco, Limón Indanza e Logroño.

No marco da governança regional, o Equador assumiu, no dia 30 de julho, a presidência *pro tempore* da Comissão Especial de Saúde da Amazônia (CESAM) [5]. A transmissão do cargo ocorreu durante a Reunião de Ministros, Ministras e autoridades de saúde da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), realizada em Quito, como parte da reativação da CESAM, instrumento que visa coordenar esforços para fortalecer os sistemas e serviços de saúde da região. Ao final do encontro, os participantes aprovaram o Pronunciamento de Quito pela Saúde Integral e Sustentável da Região Amazônica, que estabelece as diretrizes e prioridades estratégicas nas áreas de saúde digital, saúde, ambiente, mudança e resiliência climática, doenças transmissíveis e não transmissíveis, saúde dos povos indígenas, equidade e igualdade de gênero, articulação entre medicina ocidental e ancestral, entre outras.

Com o objetivo de promover ações de conservação do patrimônio natural do país, o MAATE reconheceu oficialmente, no dia 31 de julho, o Corredor de Conectividade Palora–Pastaza. Esta área de 316.323 hectares conecta o Parque Nacional Sangay a territórios indígenas Shuar, Achuar e Kichwa na Amazônia, facilitando a migração de espécies como jaguares, antas, macacos-barrigudos e outras. Desde 2023, um processo técnico participativo, envolvendo os governos provinciais de Pastaza e Morona Santiago, seis municípios, organizações indígenas locais, e entidades como Cooperação Internacional Equador (CI-Ecuador), WWF, Fundação EcoCiencia, Kolibria e Re:wild, identificou as rotas de conectividade, considerando florestas, topografia e estradas [6].

Localizado entre 358 e 1.700 metros de altitude, o Corredor Palora-Pastaza torna-se o quinto do país e permitirá: beneficiar mais de 2.000 pessoas através de produção

sustentável e bioeconomia; proteger o habitat de 1.910 espécies de animais e 2.600 plantas (incluindo jaguar, anta-da-montanha, urso-de-óculos, tamanduá-bandeira, macaco-barrigudo, tucano-de-bico-preto e águia-andina); reduzir a fragmentação; promover o desenvolvimento sustentável; e enfrentar os efeitos das alterações climáticas. Diferentemente de uma área protegida, este corredor integra conservação com uso sustentável do solo, sendo liderado pelas comunidades – 84% da sua superfície corresponde a territórios indígenas. Esta iniciativa faz parte do projeto Corredores de Conectividade Amazônica, liderado pelo MAATE e CI-Ecuador, com apoio da WWF e do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF), no âmbito do Programa Paisagens Sustentáveis da Amazônia. Através destas ações, o Governo Nacional reafirma o seu compromisso com a conservação do património natural e o desenvolvimento dos povos e nacionalidades indígenas do Equador.

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.primicias.ec/sociedad/estado-vias-ecuador-3julio-derrumbes-sierra-amazonia-baeza-papallacta-paute-guarumales-99853/>
- [2] Disponível em: <https://www.ambiente.gob.ec/el-maate-wcs-y-comunidades-amazonicas-consolidan-acciones-para-proteger-el-agua-y-la-biodiversidad-en-sucumbios/>
- [3] Disponível em: <https://www.comunicacion.gob.ec/credito-agro-violeta-la-iniciativa-productiva-que-impulsa-el-desarrollo-de-la-mujer-agricola-en-el-nuevo-ecuador/>
- [4] Disponível em: <https://www.comunicacion.gob.ec/el-presidente-daniel-noboa-adjudico-hectareas-de-tierras-para-cinco-centros-shuar-titulos-de-propiedad-de-tierras-y-recursos-para-macas/>
- [5] Disponível em: <https://www.cancilleria.gob.ec/2025/07/31/el-ecuador-asume-la-presidencia-pro-tempore-de-la-comision-especial-de-salud-de-la-amazonia-cesam/>
- [6] Disponível em: <https://www.ambiente.gob.ec/ecuador-cuenta-con-un-nuevo-corredor-de-conectividad-para-proteger-la-amazonia-y-los-territorios-indigenas/>

Guiana

Por Guilherme Fritz

Entre os dias 23 e 25 de julho, a Guiana sediou a *Global Biodiversity Alliance Summit*¹, em Georgetown, capital do país. O evento buscou reunir participantes-chave que foram divididos nas seguintes categorias: 1) chefes de Estado e representantes governamentais, 2) organizações internacionais, 3) setor privado, 4) comunidade

¹ Cúpula da Aliança Global pela Biodiversidade (tradução nossa).

científica e 5) comunidades locais e indígenas. Entre os chefes de Estado, estiveram presentes os presidentes de República Dominicana, Barbados, São Vicente e Granada, Equador e o próprio presidente da Guiana, Mohamed Irfaan Ali. [1][2][3]

O objetivo geral do encontro foi criar um espaço periódico para articular alianças em torno da proteção ambiental e sua diversidade sejam fortalecidas. No documento-guia, foram listados os seguintes objetivos específicos: 1) fortalecimento da vontade internacional, 2) lançamento da Aliança Global pela Biodiversidade, 3) promoção de colaboração global, 4) mobilização de recursos financeiros, 5) aumento da conscientização e da visibilidade do tema e 6) avanço da meta 30x30². [1][2][3]

O presidente Irfaan Ali discursou durante o evento. Chamou atenção para o desmatamento global (que chega a 10 milhões de hectares por ano), o risco de extinção de muitas espécies, os efeitos que tais consequências possuem sobre a saúde humana e os benefícios que a preservação possui, utilizando o exemplo da própria Guiana. Nas palavras de Ali:

Os ecossistemas da Guiana fornecem mais de US\$ 15,2 bilhões por ano em serviços ecossistêmicos. A impressionante parcela de 96% desse valor provém de serviços não mercantis – aqueles benefícios invisíveis dos quais todos dependemos, mas pelos quais nunca pagamos. Somente os recursos genéticos – desde compostos vegetais com potencial medicinal até características únicas de espécies – valem US\$ 8,4 bilhões anualmente. Os valores de existência e legado – o que nosso povo está disposto a pagar para preservar a natureza – somam US\$ 3,6 bilhões por ano. [3]

O evento buscou reforçar a imagem que a Guiana busca promover de liderança global no que tange a proteção à biodiversidade, argumento este fortalecido pelo percentual florestal do país (~85% do território). Contudo, trata-se de “uma das pernas” do projeto maior do governo Ali, que é conciliar o desenvolvimento econômico, através da exploração de petróleo *offshore* — a “segunda perna” —, com a preservação ambiental. O fomento à biodiversidade (que inclui, por exemplo, manter a floresta amazônica de pé) é vista como uma garantia para a compensação da poluição atmosférica causada pelo próprio petróleo extraído em águas guianesas e direcionado sobretudo à exportação. O andamento desse projeto de Estado requer uma análise criteriosa e crítica sobre seus desdobramentos.

² “Reafirmar o compromisso de conservar pelo menos 30% das terras e oceanos do planeta até 2030 e definir as estratégias necessárias para alcançar essa meta. A Cúpula servirá como um espaço para consolidar esses objetivos, com foco no acompanhamento e no relato do progresso por meio do Produto Global da Biodiversidade e métricas relacionadas” (tradução nossa).

Michelle Muschett, Secretária-Geral Adjunta da ONU e Diretora Regional do PNUD para a América Latina e o Caribe, e Andrew Seidl, consultor técnico sênior para a Iniciativa de Financiamento da Biodiversidade (BIOFIN) — Centro de Natureza do PNUD —, também discursaram durante o evento. Ambos reforçaram a importância da biodiversidade, mas explicitaram a necessidade de tratar o tema de forma ampla e global, destacando os efeitos degradantes que os efeitos climáticos e ambientais podem ter em um planeta que está mais integrado do que nunca. Sendo assim, um fenômeno não pode ser tratado como um evento territorializado e de responsabilidade única, mas sim como um compromisso da comunidade global. Segundo Seidl *“Above all we have learned to ‘think globally, but act locally,’ and that the effects of biodiversity loss, climate change, and land degradation are felt most strongly by the most vulnerable in society.”* [4][5]

Referências

- [1] Disponível em: <https://globalbiodiversityalliance.org>.
- [2] Disponível em: <https://globalbiodiversityalliance.org/wp-content/uploads/2025/04/Concept-Note-Summit-Global-Biodiversity-Alliance.pdf>.
- [3] Disponível em: <https://newssourcegy.com/news/global-biodiversity-summit-opens-in-guyana/>.
- [4] Disponível em: <https://www.undp.org/guyana/news-centreundp-champions-integrated-development-global-biodiversity-alliance-summit>
- [5] Disponível em: <https://www.undp.org/guyana/speeches/un-assistant-secretary-general-and-director-regional-bureau-latin-america-and-caribbean-undp-remarks-global-biodiversity-alliance>.

Peru

Por Jefferson Nascimento e Lucas Berti

As ações voltadas para a preservação da Amazônia peruana no mês de julho seguiram o padrão dos meses anteriores: houve conflitos decorrentes de mineração ilegal, e as principais medidas institucionais voltadas para a atração de financiamento verde e para implementação de políticas de preservação continuaram concentradas quase que somente no âmbito do Ministério do Meio Ambiente (MINAM), enquanto o Ministério das Relações Exteriores (MRE) manteve uma posição discreta no que tange à diplomacia ambiental.

No dia 24 julho, autoridades peruanas apreenderam quatro toneladas de mercúrio ilegal no porto de Callao, próximo a Lima. O carregamento, camuflado em sacos de grãos contaminados, estava em um navio de carga com destino à Bolívia e foi identificado como a maior apreensão já realizada em um país amazônico. A operação envolveu a Agência Tributária e Aduaneira (SUNAT) e inteligência internacional, incluindo a Agência de Investigação Ambiental (EIA) e especialistas dos EUA que confirmaram a presença do mercúrio [1].

O mercúrio era destinado à mineração ilegal de ouro na Amazônia, onde é usado para separar partículas de ouro de sedimentos. Esse processo libera vapores tóxicos e contamina rios com metilmercúrio, sua forma mais perigosa. As quatro toneladas apreendidas poderiam produzir 1.600 kg de ouro, que equivalem a US\$ 172 milhões, evidenciando o alto valor do comércio ilícito [2]. O mercúrio apreendido é proveniente do estado de Querétaro, no México, onde minas clandestinas operam em reservas da UNESCO. Desde 2019, 200 toneladas de mercúrio foram contrabandeadas do México para a Amazônia, gerando por volta de US\$ 8 bilhões em ouro ilegal [3].

O uso de mercúrio na mineração tem afetado diversas comunidades que habitam as regiões onde ocorrem as extrações. A título de exemplo, 80% da população indígena que reside às margens do rio Nanay, afluente do rio Amazonas e que cruza o território peruano, foi diagnosticada com contaminação generalizada por mercúrio. As crianças têm níveis seis vezes acima do limite seguro da OMS, causando atrasos no desenvolvimento e danos neurológicos irreversíveis [4].

Organizações indígenas acionaram a Comunidade Andina, bloco regional formado por Bolívia, Colômbia, Equador e Peru, no dia 25 de julho, acusando o Estado peruano de negligência no combate à mineração ilegal. Líderes relataram que o Estado não protege territórios, permitindo a expansão de garimpos, violência e exploração sexual em acampamentos [5]. A ausência do Estado também é percebida por comunidades indígenas da nação Wampís, que residem na região amazônica de Condorcanqui. No dia 10 de julho, o Governo Territorial autônomo da Nação Wampís (GTANW) anunciou que, diante da falta de respostas das autoridades à mineração ilegal, decidiu que vai tomar medidas para combater a crescente invasão de seu território. Segundo as suas lideranças, há mais de 30 dragas operando de forma ilegal impunemente [6].

No dia 14 de julho, a vice-ministra de Desenvolvimento dos Recursos Naturais do Ministério do Meio Ambiente (MINAM), Raquele Soto, já havia se posicionado em favor de ações preventivas e do controle sobre o uso de mercúrio na mineração, ao participar

de uma mesa de discussão sobre o tema organizada pelo Parlamento da Amazônia (PARLAMAZ), órgão regional composto por representantes legislativos dos países que compartilham o bioma amazônico. A mesa foi realizada dentro do Congresso nacional peruano. Contudo, há uma percepção fortemente disseminada na sociedade peruana, atestada por uma pesquisa conduzida pelo instituto Datum [7], de que os próprios congressistas atuam em prol dos interesses das empresas mineradoras, o que torna o combate às atividades ilegais uma missão bastante difícil de ser efetivada [8].

Apesar do cenário adverso, a presidenta do Peru, Dina Boluarte, uma das mandatárias mais impopulares do mundo, com apenas 3% de aprovação, anunciou que vai lançar o programa *Plan Amazónico*, que tem o objetivo de restaurar 2,5 milhões de área florestal afetadas pela mineração ilegal e pelo narcotráfico. O anúncio foi feito no dia 28 de julho, em um discurso que tradicionalmente os presidentes fazem à nação em comemoração à independência do Peru, no qual Boluarte abordou, dentre outros temas, as medidas que vêm sendo implementadas na agenda ambiental e climática [9].

O ministro do MINAM, Juan Carlos Castro, por sua vez, anunciou, no dia 21 de julho, um incentivo financeiro para os Sistemas Agroflorestais (SAF) do país, por meio do qual busca-se auxiliar pequenos produtores de cacau e café que desenvolvem práticas ambientalmente responsáveis. Tal iniciativa está sendo financiada pelo Fondo Agroperú, um programa governamental peruano criado para promover o acesso a financiamento e serviços de apoio aos pequenos produtores agrícolas e agropecuários organizados, administrado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário e Irrigação (MIDAGRI), em parceria com o Banco Agropecuario (Agrobanco) e a *Corporación Financiera de Desarrollo* (COFIDE) [10]. Além disso, no dia 31 de julho, o ministro também anunciou que serão destinados mais US\$ 2,84 milhões aproximadamente para financiar bionegócios sustentáveis na região amazônica. O recurso tem origem em um contrato firmado pelo Cofide e a empresa de crédito Alternativa. As empresas beneficiadas estão inscritas no Programa para Bionegócios do Ministério do Meio Ambiente [11].

O MINAM firmou, ainda, um convênio de cooperação com um grupo de organizações indígenas da Amazônia a fim de adotar práticas que ajudem a reduzir o desmatamento. Líderes da *Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana* (Aidesepe), *Confederación de Nacionalidades Amazónicas del Perú* (Conap) e *Asociación Nacional de Ejecutores de Contrato de Administración del Perú* (Anecap) participaram do evento e assinaram o acordo, que faz parte do Programa REDD+ Jurisdiccional Indígena (RIJ), uma iniciativa pioneira de conservação florestal e ação climática

desenvolvida no Peru que coloca povos indígenas como gestores diretos de projetos de redução de emissões por desmatamento e degradação florestal [12].

A propósito, os projetos abarcados pelo Programa REDD+ foram objeto de discussão do evento macrorregional organizado pelo MINAM em parceria com representantes de todos os governos das unidades subnacionais cujos territórios (ou parte deles) estão localizados na região da floresta amazônica. O intuito ao promover o evento, cuja primeira edição ocorreu nos dias 15 e 16 de julho, é elaborar conjuntamente e de modo consensuado medidas para enfrentar as mudanças climáticas. As ideias que surgiram a partir do encontro serão integradas em um documento que será levado às Nações Unidas [13].

No plano das relações exteriores, também houve anúncios importantes. A vice-ministra do MINAM, Raquel Soto, informou à imprensa que o trabalho que o Peru vem realizando em conjunto com a Alemanha, a Noruega e o Reino Unido desde 2014 ajudou a conservar 12 milhões de hectares de floresta até então. A parceria é fruto de uma Declaração Conjunta de Intenção que rendeu ao Peru mais de US\$ 23 milhões na última década [14]. Com relação à Alemanha, em particular, as ações bilaterais no que tange à agenda ambiental se estreitaram este mês, com a assinatura de mais um acordo de financiamento no valor de 22 milhões de euros, que será destinado a áreas naturais protegidas. Os recursos serão repassados pelo banco estatal de desenvolvimento da Alemanha, o KfW, que, junto com a Agência de Cooperação GIZ, dará suporte técnico ao MINAM, responsável por administrar a aplicação dos recursos. De acordo com o ministro peruano da pasta ambiental, essa cooperação contribuirá para o cumprimento da meta 30x30, que busca conservar pelo menos 30% do território do país até 2030 [15].

Com relação à participação do Peru em organizações multilaterais, destacamos dois eventos, que ocorreram no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e do Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC, na sigla em inglês). Com relação ao primeiro, representantes dos Ministérios das Relações Exteriores dos oito países da OTCA se reuniram pela primeira vez em Lima, entre 8 e 11 de julho, para instalar a Rede Amazônica de Autoridades Florestais (RAFO). O Peru foi eleito para presidir a RAFO durante o triênio 2025-2027. O mandato peruano terá a responsabilidade de organizar o segundo encontro da RAFO em 2026 [16].

Já no âmbito da APEC, a proposta do Peru que fomenta a adoção de políticas de hidrogênio limpo pelos membros do grupo foi aprovada por unanimidade. A votação ocorreu no dia 20 de julho. O projeto de implementação estabelece uma orientação inicial

para facilitar a criação de marcos regulatório comuns, padrões e mecanismos de certificação, bem como esquemas de financiamento, políticas industriais e incentivos para projetos da APEC em setores estratégicos, como indústria, geração de energia elétrica e agricultura. Aliado a isso, o projeto visa estabelecer alianças técnicas com organizações internacionais, como a Agência Internacional de Energias Renováveis (IRENA), a Agência Internacional de Energia (IEA), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), dentre outras [17].

Por fim, vale mencionar que representantes do MINAM anunciaram, também neste mês de julho, alguns dados que indicam um resultado positivo dos aportes financeiros do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento para o Programa Bosques, que visa à preservação das zonas florestais. Segundo Soto, o programa, criado em 2010, já impactou positivamente mais de 32 mil famílias de aproximadamente 420 comunidades nativas. Estima-se que os US\$ 48 milhões investidos tenha contribuído para a preservação de 4,8 milhões hectares [18].

Referências

- [1] Disponível em: <https://noticiasambientales.com/meio-ambiente/peru-apreende-quatro-toneladas-de-mercurio-ilegal-em-operacao-historica-contramineracao-de-ouro/>
- [2] Disponível em: <https://sabincenter.wfu.edu/2025/07/fernandez-assists-in-recOrd-breaking-illegal-mercury-seizure/>
- [3] Disponível em: <https://noticiasambientales.com/meio-ambiente/peru-apreende-quatro-toneladas-de-mercurio-ilegal-em-operacao-historica-contramineracao-de-ouro/>
- [4] Disponível em: <https://apnews.com/article/peru-mercury-illegal-mining-indigenous-48af39f0f972b17541bb766bb3801b8f>
- [5] Disponível em: <https://apnews.com/article/peru-mercury-illegal-mining-indigenous-48af39f0f972b17541bb766bb3801b8f>
- [6] Disponível em: <https://www.infobae.com/peru/2025/07/11/wampis-inicia-acciones-de-autodefensa-para-expulsar-a-la-mineria-ilegal-en-la-amazonia-ante-ausencia-de-estado/>
- [7] Disponível em: <https://elcomercio.pe/politica/actualidad/mineria-ilegal-mineria-informal-un-738-considera-negativa-la-influencia-de-la-mineria-ilegal-en-el-congreso-elecciones-2026-reinfo-noticia/>
- [8] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1208892-proponen-reforzar-las-medidas-para-controlar-y-reducir-el-uso-del-mercurio>
- [9] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1216715-gobierno-impulsa-la-conservacion-ambiental-y-el-desarrollo-sostenible-en-todo-el-pais>
- [10] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1212379-gobierno-implementara-incentivo-financiero-para-fortalecer-la-produccion-agricola-que-cuida-los-bosques>

- [11] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1219176-minam-incrementa-en-s-10-millones-los-recursos-para-creditos-dirigidos-a-bionegocios-amazonicos>
- [12] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1212650-minam-y-pueblos-indigenas-protegeran-la-amazonia-mediante-aplicacion-de-creditos-de-carbono>
- [13] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1210577-regiones-amazonicas-impulsan-acciones-conjuntas-frente-a-los-impactos-del-cambio-climatico>
- [14] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1213007-peru-alrededor-de-23-millones-se-invirtio-para-conservar-12-millones-de-hectareas-de-bosques-amazonicos>
- [15] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1210389-peru-recibe-22-millones-de-cooperacion-alemana-para-fortalecer-areas-naturales-protegidas-y-turismo-sostenible>
- [16] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1207592-paises-miembros-de-la-otca-eligen-al-peru-para-la-presidencia-de-la-red-amazonica-de-autoridades-forestales>
- [17] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1211728-apec-aprueba-por-unanimidad-propuesta-peruana-sobre-hidrogeno-limpio>
- [18] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1207938-mas-de-s-170-millones-invierte-el-minam-para-la-conservacion-de-bosques-amazonicos>

Suriname

Por Guilherme Fritz

No dia 6 de julho, a Assembleia Nacional do Suriname elegeu Jennifer Geerlings-Simons como a nova presidenta do país³, sendo a primeira mulher na história do país a ocupar o cargo. A cerimônia de posse foi no dia 16 de julho. O partido de Geerlings-Simons, *Nationale Democratische Partij* (NDP)⁴, derrotou o partido do agora ex-presidente Chandrikapersad Santokhi, *Vooruitstrevende Hervormings Partij* (VHP)⁵. [1][2][3]

No que tange à governança amazônica, é preciso ressaltar que o Suriname é o único país da América do Sul sem regulamentações acerca dos direitos territoriais indígenas. Santokhi era criticado pela baixa iniciativa acerca do tema, privilegiando o aprofundamento das atividades econômicas já instauradas no país, majoritariamente a mineração de ouro e bauxita. O petróleo, apesar de, desde já, interferir na política do país, só começará a ser exportado em 2028. Em seus discursos, o ex-presidente costumava

³ Para uma leitura mais detalhada sobre as eleições de 2025 no Suriname, ver: “Monitor Eleitoral - Eleições nacionais de 2025 no Suriname: análise dos resultados a partir de uma breve introdução à história política do país”. Disponível em: https://opsa.com.br/wp-content/uploads/2025/08/Boletim_OPSA_2025_n2-Abr-Jun.pdf.

⁴ Partido Democrata Nacional (tradução nossa).

⁵ Partido da Reforma Progressista (tradução nossa).

evidenciar o percentual florestal do Suriname (~93%) como um aspecto ímpar do país em relação ao resto do planeta, adotando uma estratégia de preservação enquanto continuam as atividades extrativas. [1][2][3]

Por sua vez, Geerlings-Simons possui um histórico um pouco mais favorável no que tange à preservação ambiental. Enquanto presidente da Assembleia Nacional (2010-2020), chegou a discursar, de forma crítica, sobre a expansão da mineração e do agronegócio. A atual presidente chegou a apoiar a proteção contínua da reserva natural do Suriname Central e também apresentou, em 2019, a lei-quadro ambiental, que exige o consentimento prévio das comunidades locais para a realização de projetos de desenvolvimento. Em seu discurso de posse, foi clara quanto ao seu objetivo de diversificar a economia do país. [1][2][3]

É cedo para afirmar que a nova configuração governamental será positiva no que tange à preservação ambiental, porém, dado o histórico, é razoável considerar que o avanço nos direitos ambientais é algo no horizonte, inclusive no que se refere ao direito de povos originários aos seus territórios e à governança dos mesmos. A estrutura internacional na qual o Suriname está inserido dificulta um abandono das pautas econômicas diretamente ligadas à degradação ambiental, como a mineração, mas não significa uma impossibilidade de mudança que diminua os prejuízos ambientais e, de forma mais assertiva, que reduza a dependência econômica de tais atividades. [4]

Referências

- [1] Disponível em: <https://news.mongabay.com/2025/05/whats-at-stake-for-the-environment-in-surinames-upcoming-elections/>.
- [2] Disponível em: <https://www.starnieuws.com/index.php/welcome/index/video/1958>.
- [3] Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/parlamento-do-suriname-elege-primeira-mulher-presidente-do-pais/>.
- [4] Disponível em: <https://www.dezeen.com/2024/08/19/suriname-environment-spatial-planning-minister-marciano-dasai-interview/>.

Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

O mês de julho de 2025 foi marcado por problemas ambientais na Amazônia venezuelana. O mês começou com os impactos causados pela chuva no estado de Amazonas, mais especificamente nos municípios de Atures, Autana e El Burro. No dia 7

de julho, foi noticiado que o rio Orinoco alcançou 52,83 metros sobre o nível do mar, tendo superado a cota de inundação, estabelecida em 52 centímetros [1]. Inicialmente, a cifra de famílias prejudicadas pela elevação do nível do rio era de 199 e, destas, 170 foram deslocadas para abrigos temporários, de acordo com a instituição Proteção Civil [2]. No dia 11, tal número de famílias deslocadas para abrigos temporários já havia aumentado para 281 [3].

De acordo com o governador do Amazonas, Miguel Rodríguez, o estado estava prestando assistência médica e garantindo suprimentos alimentares para todos os afetados [4]. As autoridades ativaram o Sistema de Alerta Antecipado do Estado Maior de Chuvas e asseguraram que estariam sob alerta para o envio de equipes de atenção para os setores afetados. Além disso, assegurou que estavam monitorando permanentemente o chamado “paso de la chalana”, local de crucial relevância para a conexão terrestre com o estado de Apure, pois uma interrupção de serviços em tal localidade poderia deixar grande parte da região isolada [5]. Tal situação de crescimento do nível do rio Orinoco manteve o estado do Amazonas em emergência ao longo do mês de julho, ao passo que também preocupou autoridades do estado de Bolívar.

Ao final do mês, os impactos mais fortes chegaram no estado de Bolívar. O crescimento do rio Orinoco deixou mais de 4.000 pessoas afetadas, de acordo com autoridades regionais e a instituição Proteção Civil. No período, o nível do rio alcançou 17,16 metros sobre o nível do mar, número muito próximo do alerta vermelho, tendo, inclusive, superado o grau de emergência em Caicara del Orinoco, no município Cedeño. O ministro do transporte, Ramón Velásquez Araguayán, informou que em Caicara del Orinoco se encontravam 1.059 famílias abrigadas, totalizando 3.890 pessoas [6]. O estado de Bolívar contou com a atuação da ONG Cáritas, que habilitou um centro de coleta para arrecadar suprimentos para os afetados pelas chuvas no estado. De acordo com a diretora da organização, Lenna Bernal, a região já estava em alerta amarelo e, por isso, necessitava da arrecadação, bem como solicitou para que pessoas que ainda estivessem em zonas de risco se organizassem para sair e prevenir danos [7].

Referências

[1] Disponível em: <https://www.eluniversal.com/venezuela/211648/lluvias-en-amazonas-199-familias-afectadas-por-la-crecida-del-orinoco>

- [2] Disponível em: <https://www.elnacional.com/2025/07/evacuan-a-mas-de-170-familias-en-amazonas-por-crecida-del-orinoco-tras-intensas-lluvias/>
- [3] Disponível em: <https://www.eluniversal.com/venezuela/211974/gobernador-de-amazonas-confirma-que-casi-mil-personas-estan-en-refugios-por-las-lluvias>
- [4] Disponível em: <https://www.elnacional.com/2025/07/lluvias-en-venezuela-dejan-casi-1-000-desplazados-en-amazonas-por-crecida-del-orinoco/>
- [5] Disponível em: <https://www.elnacional.com/2025/07/familias-damnificadas-en-amazonas-por-crecida-del-rio-orinoco/>
- [6] Disponível em: <https://www.elnacional.com/2025/07/rio-orinoco-deja-mas-de-4-000-afectados-en-bolivar/>
- [7] Disponível em: <https://www.elnacional.com/2025/07/caritas-abre-centro-de-acopio-en-ciudad-bolivar-por-fuertes-lluvias/>

OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

No início do mês foi anunciado que a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) fará parte do grupo de instituições que endossarão iniciativas financiadas pela Plataforma de Ação de Sevilla (SPA, na sigla em inglês), um compromisso assumido durante a 4ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4) realizada entre 30 de junho e 3 de julho de 2025 [1]. No caso do Brasil, as ações apoiadas dialogam com a Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza. As principais propostas anunciadas, intituladas “Construindo um Financiamento Melhor Integrado para os ODS 1 e 2” e “Parceria para Financiamento da Proteção Social Resiliente ao Clima e da Agricultura Familiar”, têm como objetivos: fortalecer as políticas de proteção social, ampliar o alcance dos programas nacionais de cada país contemplado, mobilizar ao menos US\$ 500 milhões em financiamento climático adicional, criar sistemas de proteção social adaptativos e fortalecer a agricultura familiar resistente ao clima. A OTCA trabalhará com a segunda proposta.

No dia 1º de julho, representantes dos povos indígenas dos nove países da Bacia Amazônica apresentaram uma proposta de Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) específica para os povos originários e recomendações gerais para a COP30 [2][3]. Elaborado durante a Pré-COP Indígena, organizada pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e pela Coalizão Internacional G9 da Amazônia Indígena, o documento foi assinado por 28 organizações indígenas da região e entregue à Ministra dos Povos

Indígenas do Brasil, Sonia Guajajara, e à representante do Ministério de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia, Maria Violeta Medina.

Entre os tópicos abordados estão: reconhecimento e proteção de todos os territórios indígenas, proteção de defensores e defensoras indígenas e inclusão dos sistemas de conhecimento tradicional como estratégias de mitigação, adaptação e restauração ambiental. Os representantes pontuaram que, nos últimos anos, as queimadas, o desmatamento e os crimes ambientais têm contribuído para que a Amazônia se aproxime do ponto de não retorno. As demandas organizadas foram dirigidas aos Estados-membros da COP, à OTCA e aos governos dos países da região.

Nos dias 2 e 3 de julho, a Diretora-Executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, participou do evento “As contribuições da Amazônia para a COP30”, sediado na Universidade Federal do Pará (UFPA) [4]. No dia 4, Grazziotin esteve em Manaus para cumprir agenda junto à Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Luciana Santos [5]. Ao lado da equipe do Ministério, Grazziotin visitou a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e o polo industrial da Zona Franca de Manaus, com destaque para a fábrica I-Sheng Brasil (que produz condutores elétricos e cabos de dados e de rede) e a sede da Positivo Tecnologia.

No dia 15, o governo do Brasil inaugurou o Parque Científico e Tecnológico do Alto Solimões (PaCTAS), uma iniciativa que une ciência, tecnologia, saberes tradicionais e inovação, fruto da parceria entre o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) e a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) [6]. O parque, localizado na região da tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia, contou com investimento inicial de R\$ 2,5 milhões e nos próximos meses ofertará cursos profissionalizantes para jovens que desejam atuar nas cadeias de bioeconomia e obter conhecimentos sobre políticas públicas e empreendedorismo sustentável com base no território. Outro destaque é o InPaCTAS, incubadora que apoiará projetos baseados nos ativos da biodiversidade local, como fitoterápicos, alimentos regionais e cosméticos naturais, e o Caderno Técnico – Panorama da Sociobiodiversidade da Região do Alto Solimões, publicação elaborada pelo Instituto Natureza e Cultura da UFAM e pelo Programa Fullbright Amazônia para oferecer um diagnóstico sobre as cadeias produtivas da região. A OTCA integrará a Rede de Inovação do Território PaCTAS junto a outras instituições dos três países da tríplice fronteira, além do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da Agência Norueguesa para Cooperação e Intercâmbio (NOREC) e da Rede Amazônica de Iniciativas Sociobioeconômicas (RAIS).

No dia 17 de julho, a Missão Permanente da Bolívia nas Nações Unidas, com apoio da Secretaria Permanente da OTCA, organizou o evento “Os desafios na consolidação do Mecanismo Amazônico dos Povos Indígenas da OTCA”, realizado às margens da 18ª sessão do Mecanismo de Peritos sobre os Direitos dos Povos Indígenas (EMRIP) [7]. A atividade reuniu representantes de governos, lideranças indígenas e especialistas que debateram os avanços e desafios do processo de estruturação do Mecanismo Amazônico dos Povos Indígenas, dispositivo previsto na Declaração de Belém (2023). O embaixador Tovar da Silva Nunes, representante permanente do Brasil na ONU, destacou o compromisso brasileiro com a consolidação de uma “governança amazônica mais inclusiva, equitativa e sustentável” e a importância da inclusão das comunidades indígenas, especialmente mulheres e jovens, para o desenvolvimento da região.

Por fim, entre os dias 31 de julho e 1º de agosto, a OTCA realizou o Curso Regional de Implementação de Redes de Monitoramento Hidrológico, Meteorológico e de Qualidade da Água: Aplicação dos Protocolos de Monitoramento da Quantidade e Qualidade da Água no Âmbito da OTCA [8]. O evento ocorreu na sede da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), em Brasília, e contou com visitas no Centro de Instrumentação e na Área de Testes da Agência, além de palestras sobre a Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN) e a Rede Nacional de Qualidade de Água (RQNA).

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/alianca-global-anuncia-compromissos-da-plataforma-de-sevilha-para-acelerar-financiamento-no-combate-a-fome-pobreza-e-riscos-climaticos>
- [2] Disponível em: <https://umsoplaneta.globo.com/opiniao/colunas-e-blogs/direto-de-belem/post/2025/07/cop30-povos-indigenas-apresentam-proposta-climatica-e-alertam-que-amazonia-se-aproxima-do-ponto-de-nao-retorno.ghtml>
- [3] Disponível em: <https://emtempo.com.br/412106/amazonas/povos-indigenas-da-amazonia-apresentam-proposta-de-ndc-com-acoes-climaticas-para-a-cop30/>
- [4] Disponível em: <https://www.romanews.com.br/sustentabilidade/evento-discute-protagonismo-da-amazonia-nas-negociacoes-climaticas-rumo-a-cop-30-0725>
- [5] Disponível em: <https://www.gov.br/suframa/pt-br/assuntos/noticias/ministra-do-mcti-conhece-acoes-de-pd-i-da-zona-franca-de-manaus-e-visita-industrias-do-pim>
- [6] Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/bioeconomia-na-fronteira-jovens-renda-e-inovacao-no-coracao-da-amazonia>

[7] Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/delbrasgen/atividades-e-noticias/representante-permanente-do-brasil-participa-de-evento-sobre-mecanismo-amazonico-dos-povos-indigenas-da-otca>

[8] Disponível em: <https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/noticias-e-eventos/noticias/ana-recebe-alunos-de-oito-paises-do-curso-regional-de-implementacao-de-redes-de-monitoramento-hidrologico-meteorologico-e-de-qualidade-da-agua-1>